

Para Cabral, empresário deve ceder

Relator diz que nova Carta exigirá compromissos com trabalhador

Sandra acha que em março Governo muda

VERA RAMOS
Da Editoria de Política

A ex-udenista Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), que se diz parlamentarista de primeira hora, resolveu romper de vez com o presidente José Sarney. Ainda enfurecida com a demissão de seu indicado Raul Brunini, da direção da Rádio Nacional no Rio de Janeiro — uma retaliação do Palácio do Planalto ao seu voto por 4 anos de mandato a constituinte assegurou que Sarney está com seus dias contados: "a partir de março, o Governo estará em outras mãos".

Numa entrevista exclusiva ao CORREIO, a deputada reagiu às críticas que vêm recebendo dos assessores da presidência da República por ter votado pelos 4 anos. "Não me considero traidora. Esperei uma resposta democrática de Sarney que não veio. Tentamos negociar com ele durante vários meses, inclusive através de seu filho, o deputado Zequinha. Votei pelos 4 anos porque acredito no parlamentarismo". E, num ultimatum aos presidencialistas, Sandra Cavalcanti tem um novo slogan na ponta da língua: "Março Neles".

DIALOGO

Embora tenha declarado guerra ao Presidente, Sandra Cavalcanti arriscou uma previsão. Disse que Sarney ainda vai tentar um diálogo com o grupo parlamentarista. "O País merece qualquer conversa conciliatória e pode ser que o Presidente tenha um estalo de bom senso ao estilo do Padre Antonio Vieira". Mais amena, a deputada lembrou que ela e José Sarney entraram juntos para a vida política em 1952. "Ele saiu para deputado estadual no Maranhão e eu para vereadora, pelo Rio de Janeiro".

Mas apesar da afinidade política, ambos eram da UDN. Sandra Cavalcanti desferiu novos golpes contra o governo Sarney e contra o regime presidencialista. Em sua opinião, o País não aguenta mais ficar sem governo e sem objetivo nacional. "Só resta ao Presidente poderes para discriminar. Não manda nos seus ministros, tudo lhe escapa pelos dedos. Em resumo, o poder dele não é maior do que o de um monarca".

Além da falência do próprio regime presidencialista a deputada responsabilizou o presidente José Sarney pela crise do país. Afirmou que faltou capacidade política para transpor as dificuldades inerentes ao processo de transição democrática. "A classe política já deu todas as oportunidades que poderiam ser dadas a ele". Para a deputada, o PMDB não pode ser responsabilizado pelos fracassos do Governo. "Quando ele rompeu com o PFL, alertou que governaria exclusivamente com o PMDB. Agora, afirmou que só irá governar com a ajuda de amigos", queixou-se a constituinte.

No entender de Sandra Cavalcanti, os desmandos que vêm ocorrendo ao Governo Federal são a prova contundente da inviabilidade do presidencialismo como regime de governo. "No parlamentarismo, as mudanças são efetuadas sem traumas. Já no presidencialismo, o presidente da república prefere declarar guerra à classe política".

ABSOLUTISTA

Ao comentar as ameaças de retaliação do Governo contra aqueles que votaram pela redução do mandato de Sarney, Sandra Cavalcanti aplaudiu: "Maravilha. Quanto mais ele agir assim, prova o quanto é absolutista e antidemocrático". Em seguida, fez um desafio: — Duvido que alguém nesse governo consiga demitir um filho meu. E não demite por uma razão muito simples: não existe". Ela lembrou ainda que, apesar das sucessivas ofertas feitas meses atrás pelo ex-ministro da Previdência, Rafael de Almeida Magalhães, ávido por lhe presentear com cargos no Rio de Janeiro, não aceitou. "Continuo fiel às lições que aprendi com Carlos Lacerda. Os cargos devem ser preenchidos por funcionários de carreira e concursados".

GIVALDO BARBOSA



Cabral e Arinos: última de 55 sessões

Parlamentares já ganham mais 45%

Os deputados e senadores terão um aumento de aproximadamente 45% sobre sua remuneração retroativo a 1º de outubro. Atualmente, os constituintes recebem cerca de Cz\$ 210 mil, e passarão agora a receber em torno de Cz\$ 300 mil. O aumento é automático (independe de decisão das mesas diretoras) já que o decreto legislativo nº 114, de 1982, estabelece que toda vez que os servidores públicos da União tiverem aumento, os parlamentares também o terão, nas mesmas bases e na mesma época.

A remuneração dos parlamentares é constituída pelo subsídio — Cz\$ 60 mil —, que é a soma das partes fixa e variável, esta calculada em função do número de sessões, pelos encargos de gabinete — Cz\$ 70 mil —, para a compra de material que a Câmara e o Senado não fornecem: presentes, flores etc., e pelo auxílio-transporte — Cz\$ 80 mil, em números aproximados. Os 45% incidem sobre o subsídio, os encargos de gabinete e o auxílio-transporte, e o aumento significa cerca de 70% sobre a soma dos dois primeiros itens.

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), advertiu ontem que a Constituinte irá exigir do empresariado nacional que "assuma seu real papel, de participe de um contexto social, aliado ao trabalhador, responsável pela maior amplitude dos seus direitos". A declaração fez parte de seu pronunciamento na última reunião da Comissão, realizada para votar a redação final do Título IX do Substitutivo. Cabral considerou injustificável "a cantilena de certas entidades e personagens notórios" que aponta o texto como adverso ao capital nacional ou estrangeiro.

Para o relator, é incorreto dizer que "os progressos" do substitutivo se fizeram às custas do sacrifício da livre iniciativa e citou como exemplo alguns dis-

positivos do texto que considera avanços em relação à atual Constituição. O artigo 199, segundo sua avaliação afirma o primado da livre iniciativa, e o 202 traça os limites da intervenção do Estado no domínio econômico.

Cabral considera o trabalho produzido pela Comissão de Sistematização "digno do Brasil e dos brasileiros e adequado aos desafios da história e do progresso". Para ele, a Constituição que se faz para o Brasil não pode ser um modelo alienado de perfeição. "Por certo que a técnica jurídica e a expectativa legislativa competem expurgar as máculas indesejáveis e ostensivas. Mas, acima de tudo isso, a Lei Magna de um povo há de ser o reflexo desse povo", admitiu em seu discurso.

Exaltou as conquistas conseguidas até agora pela

Constituinte, principalmente, como exemplificou, em relação aos direitos individuais e coletivos e direitos sociais. "Estamos certos", continuou o relator, "que o nobre plenário da Assembléia saberá resguardar conquistas tão magníficas, que irão resgatar os brasileiros do estatuto de desproteção constitucional ainda vigente".

Bernardo Cabral, ainda, manifestou-se satisfeito neste "instante de extrema significação para este relator". O fato de um mínimo de 95 por cento do substitutivo ter sido acolhido pela Comissão de Sistematização é uma das maiores recompensas para ele. "Poderá há mais", acrescentou. "Minha vida, na política e no direito, foi uma constante luta pela afirmação da liberdade, da justiça, do progresso, do patriotismo".

Comissão aprova o texto final

Um clima de despedida tomou conta do plenário da Câmara dos Deputados quando, às 15h15 de ontem, o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL/RJ) abriu a última das 55 reuniões que servirão para apreciar e votar o substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB/AM). O quorum era pequeno indicando ainda as conseqüências da reunião anterior que durou até a meia-noite de terça-feira. E foi por aí que começou a série de pronunciamentos que levaram vários constituintes a protestar pelos destaques não votados "por manobras de lideranças".

A reunião de ontem da Sistematização se destinou à votação da redação final das Disposições Transitórias do substitutivo, título que passou a se chamar "Ato Condicional das Disposições Gerais e Transitórias" e foi aprova-

do por 58 votos e três abstenções. Antes de colocar em votação a matéria, o senador Afonso Arinos ouviu reclamações a respeito do texto, acatadas pela relatoria que atribuiu ao processo de redação a existência de alguns erros. O relator-adjunto Konder Reis (PDS/SC) explicou que o texto foi sendo montado diretamente da mesa ao computador no Prodasen, o que ocasionou a não-exclusão, por exemplo, do artigo 18 que havia sido substituído por uma emenda do deputado Hermez Zanetti (PMDB/RS).

"Por haver vivido muito fui levado a mudar de opinião diversas vezes em assuntos importantes. Assim, aceito este projeto porque não posso esperar outro melhor e porque também não estou certo de que ele não seja o melhor". Com esta citação de Benjamin Franklin, dita em uma segunda-feira, dia 17 de setembro de 1787, quando foi

assinada e promulgada a Constituição norte-americana, Afonso Arinos encerrou ontem a reunião da Sistematização.

O presidente reconheceu, ainda, que a ausência de anteprojeto (como o da Comissão de Estudos Constitucionais que presidiu antes da Constituinte ser instalada) favoreceu a expansão do texto do substitutivo da forma a que chegou.

Ontem foi feita a última das chamadas nominais da Comissão de Sistematização, a 541ª de acordo com o relator-adjunto Adolfo Oliveira (PL/RJ), que sempre dividiu com o relator-substituto José Fogaça (PMDB/RS) esta tarefa. Pela ausência de quorum para a votação da redação final do Título IX, o constituinte estendeu esta chamada por 15 minutos, já que a presidência da mesa abriu mão do sistema eletrônico de votação.